

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.473 - SP (2019/0012835-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A  
**ADVOGADOS** : DJACI ALVES FALCÃO NETO - SP304789  
MARCOS ANTÔNIO FALCÃO DE MORAES E OUTRO(S) -  
SP311247  
MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA - SP402745  
**AGRAVADO** : OLINDA VIZZOTTO DO PRADO  
**ADVOGADOS** : JOSUÉ DO PRADO FILHO - SP084250  
JOÃO FRANCISCO DO PRADO MARÇURA - SP394959

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S.A contra decisão que inadmitiu recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

PLANO DE SAÚDE. Morte do titular do plano. Rescisão unilateral. Descabimento. Em caso de morte do titular há direito de permanência dos dependentes. Artigo 30, § 3º da Lei 9.656/98. Situação que não se enquadra nas hipóteses de rescisão unilateral do artigo 13, da Lei nº 9.656/98. Cabível o reembolso dos valores pagos a maior, relativos ao beneficiário falecido. Honorários majorados. Recurso não provido, com observação.

Nas razões do especial, alega-se violação do art. 30 da Lei n. 9.656/98.

Decido.

2. A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o entendimento constante no acórdão recorrido está em consonância com entendimento desta Corte, no sentido de que, após o óbito do beneficiário titular, seus dependentes possuem o direito de permanecer no plano de saúde, mantidas as condições anteriormente contratadas, assumindo as obrigações dele decorrentes.

Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - PLANO DE SAÚDE - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. "O término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo (Súmula Normativa nº 13/2010 da ANS)" (AgInt no AREsp 771.016/SP, Rel.

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 07/03/2017, DJe 16/03/2017).

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1052232/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 14/09/2018)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PLANO DE SAÚDE. FALECIMENTO DO TITULAR. COBERTURA DE REMISSÃO POR MORTE. ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR. CONTINUIDADE AO DEPENDENTE INSCRITO. CÔNJUGE. SEPARAÇÃO JUDICIAL. RETORNO AO CONVÍVIO CONJUGAL. UNIÃO ESTÁVEL. CARACTERIZAÇÃO. EXTENSÃO DO BENEFÍCIO. ASSUNÇÃO DA TITULARIDADE. POSSIBILIDADE. SÚMULA NORMATIVA 13/ANS.

1. Cinge-se a controvérsia a saber se a esposa separada judicialmente, mas que retornou ao convívio conjugal na qualidade de companheira, faz jus à cobertura contratual do plano de saúde de remissão por morte do titular e se o dependente pode assumir a titularidade do plano de saúde após o período de remissão.

2. A cláusula de remissão, pactuada em alguns planos de saúde, consiste em uma garantia de **continuidade da prestação dos serviços de saúde suplementar aos dependentes inscritos após a morte do titular**, por lapso que varia de 1 (um) a 5 (cinco) anos, sem a cobrança de mensalidades. Objetiva, portanto, a proteção do núcleo familiar do titular falecido, que dele dependia economicamente, ao ser assegurada, por certo período, a assistência médica e hospitalar, a evitar o desamparo abrupto.

3. Embora a cláusula de remissão do plano de saúde se refira ao cônjuge como dependente, sendo omissa quanto à figura do companheiro, não deve haver distinção sobre esse direito, diante da semelhança de papéis e do reconhecimento da união estável como entidade familiar, promovido pela própria Constituição Federal (art. 226, § 3º, da CF). Comprovação da autora, na hipótese dos autos, da condição de companheira.

4. **O término da remissão não extingue o contrato de plano familiar, sendo assegurado aos dependentes já inscritos o direito à manutenção das mesmas condições contratuais, com a assunção das obrigações decorrentes, para os contratos firmados a qualquer tempo (Súmula Normativa nº 13/2010 da ANS).**

5. Recurso especial provido.

(REsp 1457254/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 18/04/2016) - g.n.

Portanto, o acórdão recorrido está em harmonia com a orientação firmada neste Tribunal Superior, de modo que incide o veto da Súmula 83/STJ a impedir o acolhimento da pretensão deduzida.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

